

Caramba carambola, as crianças conversando sobre a escola

Resumo: O presente trabalho tem como propósito apresentar os modos como as crianças produzem e expressam suas percepções sobre os diversos momentos e situações vivenciadas por elas, no contexto da avaliação institucional de um centro municipal de educação infantil de Vitória. A criança como sujeito participante desse processo precisa ser incentivada a posicionar-se nas suas opiniões e negociações no cotidiano escolar, onde suas ideias não sejam conduzidas e determinadas pela lógica do adulto. Isso implica ouvi-las na espontaneidade dos momentos vivenciados, valorizando suas falas, interesses, necessidades e produções. Avaliar com as crianças pressupõe encontrar estratégias diversificadas criando situações que permitam a elas se apropriarem desses espaços proporcionando experiências novas de interações e participação na garantia que esses elementos se façam presentes desde a Educação infantil. Nessa dinâmica entendemos que a participação não pode ser conduzida como algo que é dado, mas como elemento processual que precisa envolver importantes mecanismos que traduzem efetivamente na prática, o que significa a democracia. A participação das crianças no contexto atual da educação infantil em muitas situações evidencia as especificidades da lógica do adulto, sobretudo, como uma “forma qualquer de participação” que não traduz o protagonismo nesta etapa da Educação básica.

Palavras-chave: Participação- Crianças- Democracia.

Introdução

Ao falarmos acerca da participação das crianças no contexto da educação infantil estamos reafirmando uma defesa pelo direito à democracia desde essa etapa da educação básica. Legitimar esse direito é garantir condições igualitárias nas relações sociais de poder entre adultos e crianças impostas por uma cultura adultocêntrica, em que opiniões, desejos, expressões e percepções da infância são quase sempre suprimidas nos princípios que regem a democracia participativa. A escola enquanto espaço privilegiado de aspectos que envolvem as relações sociais, políticas e vínculos estabelecidos com os seus pares é um lugar de encontro e apropriação de conhecimentos para emancipação desses sujeitos. Desta forma, a escola pode ser um espaço coletivo intencionalmente organizado para uma abordagem em aspectos que impliquem processos de socialização com potencial de provocar nas crianças o desenvolvimento de capacidades de decidir, agir, cooperar, perceber, comunicar, pensar, produzir e interferir na realidade social a qual elas são pertencentes.

Nessa direção o presente artigo trata da participação das crianças de um centro municipal de educação infantil em Vitória, cujo processo de avaliação institucional inicia-se em 2016 previsto em calendário escolar para todas as escolas da rede municipal. Entretanto, o formato organizado e enviado para as escolas não abre possibilidades para inserir as crianças da educação infantil na avaliação. No ano de 2017 iniciamos algumas propostas com as crianças

sempre procurando aprimorar de um ano para o outro as estratégias abordadas para inseri-las na discussão.

Segundo Quinteiro e Carvalho (2007, p. 35) as propostas que englobam a participação das crianças retratam:

“[...] Que o verbo participar, tal qual na sociedade, parece não estar sendo conjugado de modo efetivo na escola, pois, participar neste contexto parece ser oposto de “ficar parado”. Participar limita-se a mexer-se com bons modos, levantar o dedo para perguntar, para ir ao banheiro, ir ao quadro, ajudar a professora, obedecer às regras etc. Nesse sentido, escancara seu potencial de reprodutora da ideologia dominante quando imprime na cultura da escola a lei do manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Assim, falar em participação da criança é preciso considerá-la nas suas diversas manifestações de pensamentos, espontaneidade, ações e representações da cultura infantil. Quando elas se colocam na demonstração de seus desejos, expressam-se de um modo bem característico e próprio da infância, sobretudo quando não há a interferência e o cerceamento do adulto.

As crianças são capazes de nas interações com adultos e com seus pares, demonstrarem condições efetivas de solucionar problemas, apontar questões, elaborar questionamentos e trazer suas opiniões discutindo entre elas, formas próprias de reinventar a sua participação nos diferentes tempos e espaços da e na escola. Ao analisarmos esse aspecto, evidencia-se que a participação das crianças na avaliação institucional é determinante para defender o direito à infância na escola, sobretudo no que se refere a expressão das suas ideias, que são necessárias para as propostas que deverão ser planejadas no decorrer do ano com elas e para elas.

Desta forma, fomos desenhando algumas ideias no decorrer dos últimos anos, nosso objetivo é não excluí-las do movimento de pensar e reavaliar a escola, promovendo um entendimento de que as crianças da educação infantil, são capazes de avaliar sobre o contexto escolar que participam. Obviamente, elas contribuem com um olhar e uma interpretação diferenciada acerca da realidade vivida. Vista desse modo, a escola precisa ser um lugar que potencialize espaços de participação da infância cotidianamente, promovendo princípios básicos que regem os processos democráticos essenciais de respeito, diálogo e à capacidade de produzir conhecimentos, uma vez que, inserida efetivamente como partícipe das ações que a envolve nos diferentes momentos do cenário escolar, possibilita dar um real significado à sua aprendizagem.

Em vários momentos percebemos nos diálogos com as crianças o que elas gostam ou não gostam do contexto vivido na escola. Isso nos possibilitou perceber algumas lacunas que a rotina escolar nos impõe e que nos leva a uma análise dos inúmeros dilemas que atravessam as concepções entre o “ser criança” e as singularidades da infância. As marcas do “ser aluno” são incorporadas pelas crianças nessa organização social que é a escola. Esse comportamento

gradativamente vai sendo moldado na criança desde a educação infantil e vamos reproduzindo inconscientemente uma cultura de ordem dominante que habita o contexto da escola (QUINTEIRO & CARVALHO, 2007).

Assim, na conversa com as crianças e entre elas, sobre o que vivenciam no contexto do Centro Municipal de Educação Infantil, foi possível interpretar as suas impressões por meio de diálogos conduzidos com seus pares, dos gestos, expressões de desagrado, contentamento, das brincadeiras realizadas no pátio, dos momentos das refeições, euforias e atividades desenvolvidas em salas de aula. O objetivo da dinâmica era fazê-las transitar pelos diferentes espaços do CMEI e levá-las a observar a escola com outro olhar, desvincilhado do olhar do adulto. Com o propósito de facilitar os registros durante os deslocamentos, optamos em viabilizar a utilização da câmera fotográfica para que as crianças fizessem os seus próprios registros acerca do que vivenciavam nesses tempos e espaços da e na escola. Isso ocorria depois de uma roda de conversa que iniciava com uma história e na sequência a socialização das produções coletivas da avaliação do ano anterior.

As crianças já são dotadas de voz e é preciso garantir esse direito nos diferentes contextos da educação infantil, sobretudo nos momentos do cotidiano, são inúmeras as situações que poderão impulsionar esse processo participativo: Planejar uma atividade a ser executada, pensar a temática de um projeto de sala, dialogar sobre as questões que remetem aos eventos destinados às próprias crianças, proporcionar assembleias envolvendo todas as crianças da unidade, participação no conselho de classe, avaliação dos trabalhos e eventos, viabilizar momentos para falarem sobre a alimentação, ou seja, diversificar estratégias que possam garantir a participação das crianças permanentemente nas instituições de educação infantil. Coadunam-se a estes aspectos a necessidade de uma concepção de trabalho que proporcione uma escuta, um olhar atento e cuidadoso de todos os profissionais que atuam com crianças dessa faixa etária, principalmente a figura do professor, cujo papel é fundamental nesse cenário para contextualizar e valorizar aquilo que é expressado pelas crianças diariamente. Nesse sentido, é preciso fortalecer as ações do Projeto Político Pedagógico da Instituição, com vistas a promover experiências de aprendizagem que ampliem as diferentes formas de expressão das crianças dando condições favoráveis a elas do direito à manifestação de suas falas, de modo a considerá-las como protagonistas desse contexto.

Metodologia

Desde o nascimento as crianças são cidadãs de direitos, indivíduos únicos e singulares, seres históricos e sociais, produtores de cultura. Considerar esses preceitos como relevantes para a

discussão é reafirmar princípios essenciais para aspectos que confirmam a gestão democrática no interior das escolas, quando em seus princípios reafirma características fundamentais que revelam a importância da participação dos diferentes sujeitos da comunidade escolar nas tomadas de decisão da instituição. Todos esses aspectos reforçam sobre a necessidade de ouvir as crianças acerca dos assuntos que lhes dizem respeito.

A participação democrática precisa ser um direito processual indispensável para promoção efetiva do protagonismo das crianças, que nas relações estabelecidas com seus pares, crianças e adultos, tem a capacidade de negociar enquanto sujeitos, advogando pelos seus próprios direitos.

No município de Vitória a avaliação institucional vem sendo realizada desde o ano de 2012 em caráter de processo formativo para os profissionais, e em 2016 a secretaria de educação demarca no calendário escolar um dia específico para esta ação. Essa avaliação com metodologia própria foi encaminhada para todas as unidades de educação infantil e de ensino fundamental do município, tendo a discussão das suas práticas no âmbito administrativo e pedagógico, como ponto essencial junto à toda comunidade escolar. Era necessário na proposta indicada, registrar avanços e elencar possibilidades de melhorias na busca pela qualidade da educação pública. Os parâmetros para essa avaliação foram construídos coletivamente, numa dinâmica que possibilitou inúmeras reflexões sobre diferentes variáveis que poderiam interferir no atendimento ao público da educação infantil.

Desde então, nossa escola vem realizando esse processo avaliativo, ano após ano, na tentativa de diversificar as estratégias para envolver os diferentes sujeitos naquilo que se refere aos inúmeros anseios dos componentes da comunidade escolar, bem como da realidade vivenciada nesse contexto. Considera-se a avaliação como processo permanente, mas ainda sabemos dos percalços para efetivar esse movimento na prática. Ao iniciarmos a avaliação institucional prevista em calendário, tivemos muitas dificuldades junto ao coletivo para as discussões referentes as dimensões trazidas pelo instrumento encaminhado pela secretaria de educação às escolas. As reflexões por parte do grupo da escola, aconteciam com apontamentos perspectiva do comprar, do adquirir e organizar as demandas de ordem administrativa da escola. O debate se limitava a esses aspectos e os profissionais e os poucos familiares participantes da avaliação, não se percebiam e nem se implicavam na discussão propriamente dita sobre a execução do trabalho pedagógico realizado com as crianças e nas dimensões que retratavam a parceria e envolvimento das famílias.

A complexidade inerente aos processos avaliativos afastava os sujeitos da análise para dentro da realidade vivida na escola. Era como se “enxergar” pelo lado de fora, enquanto as discussões tomavam esse rumo não conseguíamos avançar efetivamente em ideias e possibilidades de

melhorias. Quando decidimos virar esse ciclo e iniciar de um modo diferente a proposta, começamos a dar um passo de cada vez naquilo que o coletivo apontava, com vistas a identificar fragilidades e potencialidades, e a possibilitar a elaboração de propostas e planos de intervenção para qualificar coletivamente o processo, tudo devidamente articulado com a elaboração para o plano de ação do ano seguinte.

Após dois anos realizando a avaliação somente com os adultos, o fato de não ter as crianças participando desse movimento de debater sobre a nossa escola, nos inquietava profundamente. Decidimos que iríamos planejar uma estratégia para iniciar a avaliação com as crianças. Começamos com as turmas de crianças maiores entre 5 e 6 anos de idade elas participavam das rodas de conversas conduzindo as perguntas e toda a dinâmica com os colegas no decorrer do debate. Fomos percebendo que mesmo sabendo das variáveis que dificultavam envolver os pequenos de 3 e 4 anos, era preciso buscar algum modo de envolvê-los nesse processo. Nosso olhar foi se modificando a cada avaliação e roda de conversa que propúnhamos às crianças. Elas foram nos direcionadas na concepção do que é avaliar e foram gradativamente mudando o nosso modo de ver e perceber o contexto a nossa volta. Desde então, passamos a organizar estratégias diferenciadas para uma abordagem criteriosa com as crianças. Sendo assim, decidimos não somente, por uma única forma de aproximação e registro das representações delas sobre suas vivências na escola, mas por várias. Escolhemos uma história de Marcelo Xavier “Se criança governasse o mundo” para iniciar o diálogo e com a proposta fomos apresentando fotos de momentos vividos por elas na escola. Também incentivamos que as crianças fizessem o registro fotográfico, registro escrito e por meio de desenhos. Com a câmera fotográfica em mãos, cada grupo de 6 em 6 crianças circularam pelos diferentes ambientes e filmaram entrevistas com outras crianças no pátio, refeitório, corredores, salas, cozinha, com merendeiras, profissionais da limpeza e com outros adultos nos espaços da escola.

A ideia apresentada durante os momentos nas rodas de conversas e filmagens pela escola era que as crianças dialogassem entre elas “sobre o que não deveria existir na escola”, e o que elas “gostariam que permanecessem”. Entre as questões sugeridas foi mencionado sugestões de melhorias para os espaços físicos, como também de aspectos que evidenciaram as relações entre os colegas, ou seja, tudo o que incomodava e o que as deixavam felizes. No ritmo da história e caracterização nossa de personagens conhecidos por elas, fomos ouvindo e tentando não fazer muitas intervenções, deixando-as livres para opinar e transitar pela escola conversando e entrevistando os colegas de sala e das outras turmas também. Carvalho e Müller (2014, p. 67) reafirmam que é preciso:

[...] “apreender a voz da criança na singularidade de suas tessituras, isto é, ouvir representa abrir mão de qualquer possibilidade de juízos e de valores que possam corromper a

tonalidade do que é dito pela criança, não cedendo lugar à tentação de querer ouvir o que se pretende ouvir.”

Os diversos olhares das crianças indicaram aspectos sobre a infância, sobre os brinquedos e as brincadeiras, sobre os espaços físicos da escola, bem como suas preferências, participação e o que esperam de nós adultos. Foi possível observar a facilidade que elas demonstram ao conversarem com seus pares sobre o que mais gostam e também sobre os aspectos que tem familiaridade nesse ambiente. A avaliação com as crianças nessas rodas de conversas e na escola de um modo geral, a cada ano vai sendo aperfeiçoada, sabemos da importância desses momentos ocorrerem cotidianamente e nos diversos momentos da rotina da educação infantil, sobretudo para qualificar o processo de ensino aprendizagem e também favorecer as impressões e representações infantis a respeito não só da escola, mas também das necessidades apresentadas pelas crianças referentes as manifestações das suas vozes.

Resultados

As formas das crianças se expressarem frente a determinadas ações oportunizadas no contexto da escola, acabam revelando comportamentos delas muitas vezes ignorados. São expressões como o choro, manifestações de alegria, tristeza, silenciamentos, dança, movimento, que de certa forma, trazem indicativos para os adultos que com elas atuam diretamente, a necessidade de observarem se o que está sendo proposto tem se revelado satisfatório ou não para as crianças, ou se possibilita a participação efetiva delas no contexto da escola. Sabemos que os planejamentos quase sempre são pensados sobre a ótica do adulto e que raramente as proposições das crianças são consideradas relevantes nas necessidades que elas trazem. Entretanto, é possível criar estratégias lúdicas e dinâmicas que possibilitem momentos de escuta e análise das impressões das crianças sobre o contexto que estão participando, considerando as questões apontadas por elas nos momentos em que os projetos e demais atividades na escola, são organizadas nos tempos de planejamentos acerca das práticas que serão desenvolvidas posteriormente. As crianças são capazes de burlar regras e normas dos adultos, elas compreendem tudo a sua volta e interpretam ao seu modo tudo que vivenciam no contexto escolar. Elas vão reinventando verdadeiros sistemas culturais e de apreensão de outros modos de significar a realidade vivida. É preciso potencializar essa capacidade inventiva da criança em momentos significativos que envolvam efetivamente sua participação na dinâmica escolar, trazendo novas possibilidades para o trabalho na tentativa de superar a visão unicamente centrada nos comandos e decisões do adulto nesse contexto.

Nas discussões relativas ao projeto político pedagógico cabe a cada unidade de ensino rever seus pressupostos teóricos e metodológicos que embasam a sua concepção de trabalho para no coletivo da comunidade escolar debaterem a necessidade desses momentos de escuta da criança sobre aquilo que pensam e desejam falar acerca do que é vivido no contexto da escola. É importante que no decorrer das estratégias pensadas sobre a avaliação institucional seja organizado momentos de formação com os profissionais para aprofundamento dos aspectos avaliativos que são inerentes à nossa prática entendendo como parte essencial desse contexto vivido.

Referências

CARVALHO, A. F.; MÜLLER, F.; Ética nas pesquisas com crianças: uma problematização necessária. In: MÜLLER, Fernanda. (Org.). *Infância em perspectiva: Políticas, pesquisas e instituições*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2014. 255p.

QUINTEIRO, J.; CARVALHO D. C.; SERRÃO, M. I. B. Infância na escola: a participação como princípio formativo. In: QUINTEIRO, Jucirema; CARVALHO D. C. (Org.). *Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola*. 1ªed. São Paulo: J. M. Ed. e Comercial LTDA, 2007. 21-50p.